A VARIAÇÃO DO PORTUGUÊS MOÇAMBICANO: ALGUMAS CARACTERÍSTICAS PECULIARES DA VARIEDADE

Cardoso Domingos Andrade [1], Alexandre António Timbane [2]

RESUMO

A língua portuguesa não é falada da mesma forma em toda lusofonia. Partimos do principio de que existe uma única língua portuguesa que permite a intercompreensão entre os membros da comunidade maior de fala. A presente pesquisa resulta da inquietação de mostrar como o português é falado em Moçambique e quais os problemas causados pela oficialização do português, sabendo que o país tem mais de 20 línguas autóctones. A pesquisa objetiva descrever a variedade portuguesa do português. Especificamente, a pesquisa visa (i) discutir a noção de 'norma' e a 'variedade de língua'; (ii) caracterizar o português moçambicano; (iii) explicar a importância da variedade linguística do português moçambicano na afirmação da identidade. É uma pesquisa bibliográfica que se baseou na leitura, análise e discussão dos teóricos já divulgados que se interessam pela descrição do português e suas variedades. Da Pesquisa se concluiu que Moçambique é signatário da Carta da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), mas não assume o compromisso. A norma-padrão segrega e discrimina quem não a conhece. O português é importante para a pátria moçambicana, do mesmo modo, as línguas bantu são importantes para a cultura e tradições. Todas as línguas faladas em Moçambique devem ser respeitado de igual modo. O importante seria incluí-las no ensino especialmente nas primeiras séries de ensino fundamental e médio por forma a que não haja ruptura brusca da saída de língua bantu para a língua oficial.

Palavras-chave:

Português. Norma. Ensino. Variação linguistica.

[1] UNILAB, IHL, Discente, e-mail: cardosoandrade2017@gmail.com
[2] UNILAB, IHL, Docente, e-mail: alexandre.timbane@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

Moçambique, tal como o Brasil foram colônias de Portugal e adotaram o português como língua oficial, por isso pertencem à Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP). Diferentemente do Brasil que ficou independente em 1822, Moçambique só ficou independente 1975, após 10 anos de luta armada contra a opressão do colonialismo português. Moçambique é um país multilíngue, com mais de 20 línguas do grupo bantu faladas por comunidades linguísticas geograficamente localizadas e distribuídas de forma desigual ao longo do vasto país de 801.590 km² de superfície e cerca de 29 milhões de habitantes (INE, 2017). Conforme veremos mais adiante, as línguas africanas faladas em Moçambique vêm sendo ameaçadas de extinção devido às políticas linguísticas que não as protegeram.

O português, sendo a língua oficial de Moçambique ganhou espaços mais privilegiados e cresceu bastante como veremos mais adiante. Ao promover o português como a única língua oficial do povo, o Governo desmoralizou os falantes das línguas bantu moçambicanas que ficaram confinadas nas áreas rurais e suburbanas deixando reinar o português nas áreas urbanas. Mas o português falado nos grandes centros urbanos se distanciou e continua se distanciando mais da variedade europeia do português que passou décadas como o modelo mais correto da língua.

Essa ideia preconceituosa é rechaçada nos estudos sobre "o preconceito linguístico" discutidos com pormenor pelo Bagno (2015). A pesquisa surge da necessidade de compreender como se fala português nos grandes centros urbanos. É importante deixar claro que as realidades socioculturais e históricas de cada lusófono são diferentes. Logo, cada país ganha uma variedade. O português de Moçambique tem características próprias impulsionadas pelas variáveis linguísticas e extralinguísticas.

A pesquisa surge da necessidade de compreender as características léxico-semânticas. A pesquisa visa descrever a variedade portuguesa do português. Especificamente, a pesquisa visa (i) discutir a noção de 'norma' e a 'variedade de língua'; (ii) caracterizar o português moçambicano; (iii) explicar a importância da variedade linguística do português moçambicano na afirmação da identidade. O português é a língua oficial na CPLP sendo a língua da educação e do funcionalismo público.

É importante sublinhar que o português é a língua materna para a maioria dos portugueses e brasileiros e língua da minoria nos países africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e de Timor Leste onde o português tem o estatuto de segunda ou terceira língua. A falta de políticas linguísticas e públicas nos PALOP provoca preconceito linguístico, desvalorização das línguas autóctones e redução do número dos seus falantes incluindo ausência de políticas claras sobre o ensino das línguas de sinais. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996, Art.8) "todas as comunidades linguísticas têm o direito de organizar e gerir os seus próprios recursos, com vista a assegurarem o uso da sua língua em todas as funções sociais."

O mesmo documento no art.9, estabelece que "todas as comunidades linguísticas têm direito a codificar, estandardizar, preservar, desenvolver e promover o seu sistema linguístico, sem interferências induzidas ou forçadas." Estes dois artigos se fossem respeitados pela classe política os problemas linguísticos já teriam sido resolvidos.

METODOLOGIA

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 126), a investigação científica "depende de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para que seus objetivos sejam atingidos: os métodos científicos." Desta forma, o método científico é o conjunto de processos ou operações mentais que devemos empregar na investigação. A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2002), é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos.

Em outras palavras, a pesquisa bibliográfica faz o levantamento dos materiais já publicados para que se possa compreender o estado da situação e procurar forma de definir, de resolver ou mesmo propor caminhos daquilo que já existe (LAKATOSe MARCONI, 1992). Por isso, a presente pesquisa é bibliográfica. A maioria da mídia (imprensa, televisiva, radiofônica e digital) pública e privada é feita em português e em muitos casos sem numa programação ou publicação especial em línguas locais. Observa-se que as línguas autóctones (línguas do grupo bantu) localizam-se geograficamente nas áreas rurais e o português (língua oficial) nas zonas urbanas.

O português foi se tornando o principal meio de comunicação tanto em situações institucionais como em interações cotidianas nos centros urbanos, pelas ruas, mercados etc. (BALSALOBRE, 2012, p.69). Cidadãos que abandonam vida do campo para procurar melhores condições de vida nas cidades (zonas urbanas) têm perdido hábito de uso das línguas de origem causando e comparticipando no desaparecimento das línguas não oficiais. Evitamos o uso do termo 'línguas minoritárias' porque as línguas não oficiais são línguas majoritárias, mas sem prestígio nem proteção por parte da política e do planejamento linguísticos dos governos locais.

O português, na qualidade de língua oficial estabelece relações de irmandade e de convivência no espaço lusófono onde os membros da comunidade linguística utilizam-na como meio de comunicação e de trocas comerciais, científicas, literárias, culturais, políticas e econômicas. Para além do português, na lusofonia se fala diversas línguas indígenas (Brasil), línguas crioulas (Guiné-Bissau, Cabo verde, Guiné-Bissau e Guiné-Equatorial, São Tomé e Príncipe), línguas bantu (Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Angola) e khoisan (Angola), línguas malaio-polinésias (Timor Leste).

Muitas dessas línguas estarão em perigo de extinção nas próximas décadas devido às políticas linguísticas (CALVET, 2007; SEVERO, 2013) que não criaram leis protetoras e de promoção dessas línguas autóctones. Outra questão importante é com relação à valorização das variedades do português e o preconceito linguístico que segrega e exclui quem "não conhece" a língua oficial. Timbane e Rezende (2016) vão mais longe ao afirma que a língua pode ser um instrumento opressor e por vezes libertador no contexto lusófono, dependendo da perspectiva. Quantos sonhos a "norma-padrão" frustrou aos jovens que tentavam fazer uma redação de ENEM? Quantas portas já se fecharam para quem não fala bem português? O debate de Timbane e Rezende nos parece justo quando o cidadão é obrigado a usar uma 'norma' que na prática é usada em circunstâncias bem precisas do cotidiano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos dados entendemos que o número de falantes das línguas africanas teria aumentado caso o Governo tivesse promovido o ensino dessas línguas, especialmente no ensino fundamental e médio. Os dados do Recenseamento apontam que as ditas línguas "Desconhecidas" apresentadas pelo gráfico 1, atingem 1, 83%. Não é possível que uma pessoa fale uma língua que não conhece o nome. Todo falante sabe dizer qual é o nome da sua língua. Cabia aos entrevistadores do Instituto Nacional de Estatística perguntar (durante a coleta de dados) qual é o nome da língua que o cidadão fala.

Nesses 1,83% se esconde muitas informações linguísticas importantes que deveriam ter sido aproveitadas, incluindo as línguas em perigo ou ameaçadas de extinção. No caso de Moçambique, enquanto a política linguística de Moçambique e o seu planejamento hesitam, o crescimento dos falantes de português como língua primeira e segunda aumenta.

De 1980 (ano do 1º Recenseamento populacional de Moçambique) para 2017 houve um crescimento de falantes de português como L2 em 15.9%, enquanto que o número de falantes como L1 cresceu 15,3%. Esse dado ilustra como a progressão da língua oficial é eminente prejudicando as línguas autóctones. O português continua sendo língua dominante e hegemônica nas áreas urbanas, devido ao privilégio atribuído pela constituição da República de Moçambique. Deixa-se clara a ideia de que não existe uma língua natural incapaz, sem gramática e sem dicionário.

A construção de palavras, de frases e de textos/discursos depende do acervo que cada falante tem na sua memória. Todo falante tem na sua memória um conjunto de vocabulário compartilhado pela comunidade na qual pertence. Usando as palavras de Saussure no curso de linguística geral pode-se afirmar que o léxico pertence à langue (da comunidade) e o vocabulário é da parole (do indivíduo).

Os significados semânticos são uma construção social, significa que quem não conhece esses valores atribuídos pela comunidade encontra um bloqueio na essência da mensagem. Ki-Zerbo citou o seguinte exemplo que liga a língua e a cultura: "na minha língua materna (san), quando se saúda alguém , diz-se: Que Deus acrescente alguma coisa ao temos! É um desejo muito comum, que indica que a noção de acumulação, de adição de bens, existe na tradição africana, mas não exatamente no sentido capitalista. Aposta-se sempre em mais coisas." (KI-ZERBO, 2006, p.134, grifo do autor). O segundo exemplo foi extraído de Cezário e Votre

(2009) que explica que “em zulu, uma língua falada na África, a mulher é proibida de dizer o nome do sogro, o nome dos irmãos deste e o nome do genro, quer estejam vivos ou mortos, e também na pode falar uma palavra semelhante ou derivada: uma mulher cujo genro chama-se Umánzi com o radical mánzi (água), por exemplo, deverá evitar toso os vocábulos em que se apresenta a palavra **mánzi** e os complexos fônicos semelhantes” (CEZARIO & VOTRE, 2009, p.149, grifos dos autores).

Esses dois exemplos ilustram como a cultura é uma construção social que se liga sempre à língua e por isso significados das palavras se encaixam na forma como a comunidade interpreta o mundo. Precisamos deixar claro que o significado está na palavra e na frase. Entendamos por léxico, o conjunto das palavras de uma língua e o vocabulário são as palavras utilizadas por um indivíduo num discurso. Nem todo léxico é comum na lusofonia, tal como veremos a seguir.

O léxico é o mais escancarado e mais destacado em todas as línguas. É com base nela que se formam significados, que se formam frases e discursos diversos. É a matéria prima para construção do texto. Por isso, a sua criação ou criação resulta de um consenso social. Um exemplo simples é da palavra “porra” no português brasileiro. Vejamos os diversos usos dessa palavra nas frases que se seguem:

a) Estou aqui na estrada e não passa porra nenhuma.
b)...o amor é importante, porra.
c) que aula da porra desse professor!
d) que porra é essa?
e) Ontem havia um calor da porra;
f) Não sei porra nenhuma;
g) conversa comigo, porra;
h) porra, estou brincando!

O uso da palavra porra carrega diversos significados. Às vezes retrata irritação, às vezes substitui o nome de um objeto ou coisa, às vezes é um xingamento.

No português de Moçambique, a palavra porra, carrega um só sentido: irritação/indignação. As palavras variam, ganham novos sentido dependendo do interesse dos falantes. Assim, “em função da grande criatividade dos usuários da língua, o sistema de formas de tratamento é sempre fluido no sentido de que novas formas são continuamente inventadas e outras caem em desuso” (BALSALOBRE, 2017, p.293).

O fenômeno de empréstimos linguísticos acontece com qualquer língua ou variedade. A maioria dos empréstimos provem das diversas línguas bantu faladas pelos moçambicanos. A entrada desses empréstimos segue regras da gramática do português. Por exemplo: qualquer verbo ao chegar é integrado na primeira conjugação terminando em **–ar: printar (to print), tuitar (twitter), facebookar (facebook), jobar (to job), gimar (gym).**

Os empréstimos linguísticos são necessários, mas são de luxo. Define-se por empréstimo necessário quando no português não existe uma palavra equivalente. Exemplo: **matapa** (molho feito de folhas verdes e novas da mandioca), **pendrive**, e **xima** (massa de farinha de milho que geralmente se come com molho). É empréstimo de luxo, quando se empresta uma palavra cujo equivalente está presente no português, mas se empresta por estilo ou capricho que marca identidade ou pertencimento a um grupo social. Exemplo: **show** (espetáculo), **tchopela** (mototaxi), **brother** (irmão).

Os exemplos a seguir (a à d) mostram a criatividade lexical do português de Moçambique. Os exemplos foram extraídos do Jornal@Verdade:

a) *“Diga-nos quem é o xiconhoca da semana” (JV, Ed. 372, p.1)*

b) “os bicicleteiros condutores de bicicletas-táxi são outro trunfo: eles são uma correia de transmissão decisiva entre o povo carênciado no...” (JV, 2.dez.2011).

c) “...estamos tão bem como apregoamos e nem sequer o deixa-andar, jargão amplamente...” (JV, 2.dez.2011).

d) “... o motorista do chapa 100 correu muito e atropelou um peão..” (JV, 28.abr.2012).

Antes de qualquer explicação sobre as unidades lexicais destacadas nas frases acima, é importante saber que cada uma das palavras está inserida num determinado contexto sóciocultural. Na frase a) destacou-se a palavra '**xiconhoca**' que é uma junção do nome '**Xico'** (Francisco) e '**nhoca'** (cobra). Portanto, '**xiconhoca**' é todo cidadão que tem ideias políticas contrárias, reacionário ou traidor da pátria. A palavra 'bicicletas-taxi' é um neologismo para referir um meio de transporte mais comum em cidades e zonas rurais.
A bicicleta é taxi nesses lugares e por isso se atribuiu o nome de 'bicicleta-taxi'. Na frase c) a palavra 'deixa-andar' se refere a alguém que é negligente, aquele que fica passivo e não reage perante uma situação de corrupção. Na frase d) a palavra 'chapa-100' se refere ao meio de transporte privado de passageiros. Surgiu pelo fato da tarifa desse transporte for de 100 meticais. As unidades lexicais 'bicicletas-táxi' e 'deixa-andar' são formadas por justaposição. Uma simples mudança semântica da palavra torna a palavra nova, senão vejamos: na conversa entre jovens, em músicas, em notas de rodapé de televisão é frequente vermos ou ouvirmos as palavras **cena** (coisa, algo), **damo** (menino que leva anel na cerimônia de casamento ou moços que cortejam um casamento), **casório** (local, lugar onde se realiza uma cerimônia de casamento), **puto** (moço, rapaz), **taco** (dinheiro), **rochar** (errar, falhar), **sograria** (casa dos sogros)**, biscato** (trabalho temporário), **babalaze** (ressaca), **infelicidade** (morte), etc.
As palavras aqui apresentadas não ocorrem no português brasileiro. Se ocorrem, carregam um sentido diferente do português. Essas palavras são os moçambicanismos. Elas ocorrem no contexto do português moçambicano e carregam significados compreendidos naquele contexto sociocultural. Algumas delas (**deixa-andar e xiconhoca**) carregam elementos históricos. Não se pode negligenciar a presença dessas palavras.
Os grandes escritores moçambicanos como José Craveirinha, Mia Couto, Paulina Chiziane e tantos outros utilizam-nas nos diálogos dos personagens.

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES A escola não precisa ensinar a língua de casa (norma não-padrão) porque já é conhecida pelos alunos. O professor precisa oferecer aos alunos as diversas formas de falar português e o aluno poderá saber escolher a forma mais adequada em cada contexto comunicativo. Ninguém fala melhor português que o outro.

Nem em Portugal não se fala melhor português. Em Portugal não fala português da mesma forma. Há variantes e dialetos: alentejano, madeirense, transmontano, açoriano, algarvio e outros. Não se entende de onde se tirou a ideia de que só em Portugal se fala melhor português! Se a educação é a base de desenvolvimento de qualquer nação precisamos refletir sobre como integrar as diversas línguas bantu moçambicanos no ensino para que não sejam marginalizadas. O português é importante para a pátria moçambicana, do mesmo modo as línguas bantu. O importante seria incluí-las no ensino especialmente nas primeiras séries de ensino fundamental e médio por forma a que não haja ruptura brusca da saída de língua bantu para a língua oficial.
Quando se proíbe o uso de línguas bantu nas escolas está se criando um contrapeso além de intolerância linguística. Moçambique é signatário da Carta da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996). Pelo menos deveria fazer algo (apoiar, investir na pesquisa e descrição dessas línguas) para que essas línguas africanas não desapareçam num curto espaço de tempo. O português moçambicano resulta da interferência das línguas bantu no português.
Do mesmo modo, o português tem influenciado nas línguas bantu. Aqui, observa-se um contato linguístico entre línguas, fenômeno que é normal em todo mundo. A questão não se trata de classificar línguas qualitativamente. Não existe uma língua melhor que a outra. Todas as línguas faladas em Moçambique pertencem ao patrimônio imaterial e cultural dos moçambicanos. Todas merecem respeito.

AGRADECIMENTOS

A Bolsa PIBIC/ CNPq pelo apoio.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico.** 56. ed. São Paulo: Parábola, 2015

BALSALOBRE, Sabrina Rodrigues Garcia. **Brasil, Moçambique e Angola:** desvendando relações sociolinguísticas pelo prisma das formas de tratamento. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. Florianópolis: IPOL, 2007.

CEZARIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. in: MARTELOTTA, Mário Eduardo. (Org.). **Manual de linguística.** São Paulo: Contexto, 2009, p.146-153.

GIL, António Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUEROLA, Carlos Maroto. "Os alunos teriam que estudar para poder comprar comida": a escola guarani como necessidade, obrigação e direito. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 22 n. 71, p.1-25, 2017.

JORNAL@VERDADE. 2018. Disponível em: http://www.verdade.co.mz/. Acesso em: 20 de jun. 2018.

KI-ZERBO Joseph. **Para quando a África?** Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro, PALLAS, 2006.

INE-Instituto Nacional de Estatística. **Recenseamento geral da população e Habitação, 2017**. Maputo: INE, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia de trabalho científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia de trabalho científico:** métodos e técnicas de pesquisa e trabalho acadêmico. 2.ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

SEVERO, Cristine G. Política(s) linguística(s) e questões de poder. **Revista Alfa,** São Paulo, vol.57, nº2, p.451-473, 2013.

TIMBANE, Alexandre António, REZENDE, Meire Cristina Mendonça. A língua como instrumento opressor e libertador no contexto lusófono: o caso do Brasil e de Moçambique. **Revista Travessias.** Cascavel, v.10, n.3, p.388- 408, 2016.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. Barcelona de 6 a 9 de Junho de 1996. Disponível em: . Acesso em: 19 mai. 2019